**“SERES NADA-FANTÁSTICOS E ONDE HABITAM”: A DESINFORMAÇÃO SOBRE O
CORONAVÍRUS E A COVID-19 PROPAGADA POR TROLLS, FAKERS, HATERS E BULLIES
E A CONFIGURAÇÃO DE ABUSO DE DIREITO**

*“NOTHING-FANTASTIC BEINGS AND WHERE TO FIND THEM”: DISINFORMATION ABOUT
CORONAVIRUS AND COVID-19 PROPAGATED BY TROLLS, FAKERS, HATERS AND
BULLIES AND THE CONFIGURATION OF ABUSE OF RIGHT*

Iuri Bolesina ⁱ

Tássia Aparecida Gervasoni ⁱⁱ

RESUMO: Em um contexto global já marcado pela desordem e poluição informacional e diante da pandemia do Coronavírus, este texto propõe-se a investigar se a conduta de criar e espalhar desinformação por parte dos *trolls*, *fakers*, *haters* e *bullies* pode configurar (e por quais razões) o abuso de direito, previsto no art. 187, do Código Civil. Tem-se como hipótese que tais conduta se revestem de pleno potencial para configurar abuso no exercício do direito à liberdade de comunicação por violar a boa-fé, a função social e os bons costumes, ainda que outros requisitos precisem ser constatados. O artigo abordará (i) o cenário de desordem e poluição informacional, (ii) os agentes objeto de estudo (*trolls*, *fakers*, *haters* e *bullies*) e (iii) as desinformações reconhecidas pelo Ministério da Saúde brasileiro. Será empregado o método de abordagem hipotético-dedutivo, o método de procedimento monográfico e a técnica de pesquisa de documentação indireta.

ABSTRACT: In a global context already marked by disorder and informational pollution and in the face of the Coronavirus pandemic, this text aims to investigate whether the conduct of creating and spreading disinformation by trolls, faker, hater and bullies can configure (and for what reasons) the abuse of rights, provided for in art. 187, of the civil code. It is hypothesized that such conduct has full potential to constitute abuse in the exercise of the right to freedom of communication for violating good faith, social function and good customs, although other requirements need to be met. The article will studied (i) the scenario of disorder and information pollution, (ii) the agents object of study (trolls, faker, hater and bullies) and (iii) the misinformation recognized by the Brazilian Ministry of Health. The hypothetical-deductive approach method, the monographic procedure method and the indirect documentation research technique will be used.

Palavras-chave: Desordem informacional. Desinformação. Coronavírus. Abuso de direito. Responsabilidade.

Keywords: Informational disorder. Disinformation. Coronavirus. Abuse of rights. liability.

SUMÁRIO: Introdução. 1. Definindo desordem informacional e a força da sua propagação. 2. Os agentes propagadores: *trolls* e *fakers*; *haters* e *bullies*. 3. A desinformação sobre o coronavírus e a covid-19 propagada por *trolls*, *fakers*, *haters* e *bullies* e a configuração de abuso de direito. 4. Considerações finais. Referências.

ⁱ Doutor e Mestre em Direito pela Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC. Especialista em Direito Civil pela Faculdade Meridional - IMED. Graduado em Direito pela Universidade de Passo Fundo - UPF. Advogado. Coordenador e Professor do Curso de Direito na Faculdade Meridional - IMED. Endereço eletrônico: iuribolesina@gmail.com. ORCID <https://orcid.org/0000-0001-5290-152X>

ⁱⁱ Doutora em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, com período sanduíche na Universidad de Sevilla (Espanha). Mestre e Graduada em Direito pela Universidade de Santa Cruz do Sul. Professora de Direito Constitucional e Ciência Política na Faculdade Meridional - IMED. Professora do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu - Mestrado na Faculdade Meridional - IMED. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Estado e Constituição, vinculado ao CNPq. ORCID <https://orcid.org/0000-0002-8774-5421>

INTRODUÇÃO

Não bastasse a pandemia de Coronavírus assolando o planeta, o Brasil – a exemplo de outros países – ainda trava uma árdua batalha contra a desinformação. Esta luta é um prolongamento das disputas políticas e político-partidárias que estão em cena na última década, que têm como uma das forças bélicas o uso indiscriminado de informações falsas e imprecisas ou a moldagem da realidade. O cenário é de desordem e poluição informacional. No campo de batalha, para além dos grandes líderes políticos, empresas financiadoras e alimentadoras, aparecem os pequenos agentes propagadores. Neste grupo, estão as pessoas que de boa-fé compartilham a desinformação – seu amigo, vizinho ou familiar – e também aqueles que, com malícia ou má-fé, de modo habitual, aproveitam-se da situação para gerar ainda mais desordem e desinformação: *trolls*, *fakers*, *haters* e *bullies*.

Este texto tem como problema a ser investigado se a conduta de criar e espalhar desinformação por parte dos *trolls*, *fakers*, *haters* e *bullies* pode configurar e por quais razões o ato ilícito funcional, o abuso de direito, previsto no art. 187, do código civil. Parte-se da premissa que o ato ilícito em questão independe de culpa e de dano, focando-se objetivamente na violação funcional da boa-fé, dos bons costumes, da função social ou da função econômica verificada na conduta perpetrada.

A hipótese a ser validade ou refutada é de que o debate central acerca da configuração de abuso de direito pela criação ou compartilhamento de desinformação destes agentes está na percepção de eventual violação funcional da liberdade exercida. Inclina-se ao entendimento jurídico de que a conduta de *trolls*, *fakers*, *haters* e *bullies* tem pleno potencial para configurar abuso no exercício do direito à liberdade de comunicação por violar a boa-fé, a função social e os bons costumes, sendo determinante, ainda assim, a existência ou não do excesso manifesto.

Para tanto, o artigo divide-se em três momentos. No primeiro, buscar-se-á esclarecer o cenário de desordem e poluição informacional, indicando possíveis razões para a força de propagação e disseminação da desinformação. No segundo momento, trabalhar-se-á sobre os agentes objeto deste estudo, *trolls*, *fakers*, *haters* e *bullies*, a fim de reconhecer cada uma das figuras e de suas singularidades comportamentais. Por fim, no terceiro momento, falar-se-á sobre as desinformações reconhecidas pelo Ministério da Saúde brasileiro para, a partir delas, buscar configurar ou não a espécie do abuso de direito.

Utilizar-se-á como metodologia o método de abordagem hipotético-dedutivo, buscando-se a interpretação da realidade a partir dos aportes teóricos eleitos. Parte-se do vivenciado ao lado de conceitos, resgatando e interpretando os sentidos atribuídos, aplicando-se princípios gerais sobre o contexto específico. Como método de procedimento valer-se-á do monográfico. E, por fim, no que tange à técnica de pesquisa será adotada a documentação indireta.

1. DEFININDO DESORDEM INFORMACIONAL E A FORÇA DA SUA PROPAGAÇÃO

Uma das temáticas que segue em crescente ascensão é o da desordem informacional¹. Refere-se a um fenômeno multifacetado que tensiona o limite das liberdades comunicativas, ao mesmo tempo em que evidencia concretos efeitos sociais, políticos e jurídicos gerados pelo facilitado uso e consumo da comunicação. É neste sentido que, não se trata de analisar exclusivamente a mensagem enviada, recebida ou encaminhada, pois, em sendo um fenômeno, sua análise demanda maior complexidade de observação, debruçando-se sobre os agentes criadores e propagadores, as inúmeras formas de mensagem e os infindáveis comportamentos dos intérpretes.

Por algum tempo, incitado pelas relações políticas, muito se falava, quase que exclusivamente, sobre a noção de *fake news*, dedicando a essa ideia um espectro amplo no qual acolhiam-se inúmeras figuras comunicacionais assemelhadas à espécie *fake news*. Os estudos mais recentes, todavia, reconhecem o fenômeno da desordem e da poluição informacional como um fenômeno polivalente, para além das *fake news*. As mensagens, neste âmbito, variam em categorias como duração, precisão, legalidade, alvo e conteúdo, não sendo adequado etiquetá-las sempre como *fake news*.

Dentre vários estudos dedicados ao tema, o Conselho Europeu, por meio dos pesquisadores Claire Wardle e Hossein Derakhshan, buscou estruturar a noção de desordem informacional, categorizando gêneros e espécies existentes. Neste estudo, definem-se três categorias, sendo elas: (1) “Informação equivocada” (*Mis-information*), referindo-se a informações falsas que não geram perigo ou mal; (2) “Desinformação” (*Dis-information*), tratando das informações que são falsas e prejudiciais; e (3) Má-informação (*Mal-information*), dizendo respeito às informações que, independentemente de verdadeiras, são obtidas de modo ilícito ou direcionadas para fins ilícitos².

De certo modo complementar ao estudo do Conselho Europeu, tem-se o escrito de Evan Davis³, no qual também há esforço para categorizar inúmeras espécies que transitam na desordem informacional, em especial no espectro da desinformação, tais como mentiras, informações imprecisas e baboseiras.

Deste modo, unindo a pesquisa do Conselho Europeu (elaborado por Claire Wardle e Hossein Derakhshan) com os estudos de Evan Davis, pode-se, de modo autoral, elaborar o seguinte cenário:

¹ WARDLE, Claire; DERAKHSHAN, Hossein. *Information disorder: Toward an interdisciplinary framework for research and policy making*. Strasbourg: Council of Europe report, v. 27, 2017.

² “1) Dis-information. Information that is false and deliberately created to harm a person, social group, organization or country; 2) Mis-information. Information that is false, but not created with the intention of causing harm; 3) Mal-information. Information that is based on reality, used to inflict harm on a person, organization or country” (WARDLE, Claire; DERAKHSHAN, Hossein. *Information disorder: Toward an interdisciplinary framework for research and policy making*. Strasbourg: Council of Europe report, v. 27, 2017, p. 9).

³ DAVIS, Evan. *Post-truth: Why we have reached peak bullshit and what we can do about it*. Londres: Little, Brown Book Group, 2017.

Figura 1 - Gêneros e espécies na desordem informacional (criação autoral a partir de Evan Davis, e Claire Wardle e Hossein Derakhshan).

Muito embora haja uma constante relação dialogal – expressa ou tácita – entre os propagadores e os intérpretes, a posição primária de um ou de outro varia a depender da mensagem. E, para além disso, os próprios elementos de análise podem ser diversos. Essa conjuntura é carregada de elementos subjetivos.

No contexto da “Informação equivocada” (*Mis-information*) – informações falsas, mas não prejudiciais –, o principal ator é o intérprete e não o agente criador da mensagem. O intérprete age, em tese, ancorado na boa-fé, pois entende equivocadamente o contexto ou realiza uma auto-ilusão. O resultado mais comum é que a informação seja repassada. Neste caso, aquele que comunica realmente crê na informação que espalha, porque acredita na fonte ou porque suas convicções pessoais foram amplamente abraçadas pela informação ou porque a narrativa, ainda que fantasiosa, preenche as lacunas da sua compreensão, diminuindo o mal-estar do estranhamento. Em regra, não há má-fé – ainda que possa haver negligência e/ou preconceito.

Quando se fala de Má-informação (*Mal-information*) – informações obtidas de modo ilícito ou utilizadas para fins ilícitos, independentemente de serem verdadeiras – o protagonismo está no agente criador e não no intérprete. Aqui, há clara prática de ilícito, doloso ou culposos,

consubstanciado, por exemplo, em violações da privacidade, em discursos de ódio ou em atentado aos direitos da personalidade, por meio do assédio e/ou da exposição. Muitas das hipóteses deste gênero são tipificadas inclusive como tipo penal, assim como o compartilhamento da informação ilicitamente divulgada, como é o caso, por exemplo, do compartilhamento de imagens de cunho erótico sem o consentimento da pessoa retratada.

Já no caso da “Desinformação” (*Dis-information*) – informações falsas propagadas com intentos maliciosos ou prejudiciais –, o foco, novamente, recai sobre o agente criador da mensagem, muito embora, em paralelo, também alcance os intérpretes e replicadores. A ideia aqui é ventilar mentiras, como *fake news* e *panic hoax*⁴, ou baboseiras⁵, como as teorias da conspiração ou a boataria, ou, ainda, informações imprecisas, que “jogam” com as palavras para cunhar um contexto que não condiz na integralidade com a realidade⁶ ou apresenta somente uma perspectiva da verdade⁷. Em qualquer destes casos, a mensagem sempre tem um alvo e um objetivo, que pode ser: desacreditar uma pessoa; incitar uma aparente contradição em um projeto; e/ou borbulhar o medo diferido em um cenário. O agente criador age com malícia, para

⁴ As *panic hoaxes* são mentiras criadas para gerar pânico ou medo. A estratégia não é nova, mas com a internet ela se potencializou em alcance. Alguém de má-fé as cria e espalha nas fontes. Daí em diante, os usuários (alguns até mesmo bem-intencionados) têm acesso e começam seu compartilhamento em massa, dando vida a medos e a incertezas fantasmagóricas. Tais *hoaxes* visam a “difusão do medo”, por meio da indicação de uma ameaça emergente, a qual, de fato, inexistente ou é inofensiva. As *hoaxes*, em suma, jogam com o medo humano, mas não um medo direto e, sim, um “medo derivado”. No dizer de Bauman: “O ‘medo derivado’ é uma estrutura mental estável que pode ser mais bem descrita como o sentimento de ser suscetível ao perigo; uma sensação de insegurança (o mundo está cheio de perigos que podem se abater sobre nós a qualquer momento com algum ou nenhum aviso) e vulnerabilidade (no caso de o perigo se concretizar, haverá pouca ou nenhuma chance de fugir ou de se defender com sucesso; o pressuposto da vulnerabilidade aos perigos depende mais da falta de confiança nas defesas disponíveis do que do volume ou da natureza das ameaças reais). Uma pessoa que tenha interiorizado uma visão de mundo que inclua a insegurança e a vulnerabilidade recorrerá rotineiramente, mesmo na ausência de ameaça genuína, às reações adequadas a um encontro imediato com o perigo; o “medo derivado” adquire a capacidade da autopropulsão” (BAUMAN, Zygmunt. *Medo líquido*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012).

⁵ As baboseiras são mais fáceis de serem detectadas, mas não por isso menos nocivas ou impactantes. Note-se, por exemplo, a chocante quantidade de absurdas teorias da conspiração que inundaram o Brasil nos últimos anos (da mamadeira-erótica, passando pelo terraplanismo até o movimento anti-vacina). Por mais que já tenham sido desmentidas ou apontadas como grandíssimas bobagens sem razão científica ou sentido lógico, elas seguem gerando impertinência e causando furor aqui e ali (nas redes sociais, nos mensageiros instantâneos, nas salas de aula ou nos almoços de família). Daí porque é cirúrgica a afirmação de David Magalhães de que “foi Millôr Fernandes quem disse certa vez que as ideias, quando envelhecem nos EUA e na Europa, vêm se aposentar no Brasil. Complemento: quando elas chegam aqui, de andador e fralda geriátrica, são recebidas como se tivessem saído da maternidade” (MAGALHÃES, Davi. Quem tem medo do globalismo? Disponível em: www.cartamaior.com.br. Acesso em: 01 jun. 2020).

⁶ A quase-mentira: ocorre quando a pessoa utiliza as palavras certas para gerar uma interpretação equivocada em quem as ouve/lê, sem, contudo, mentir. Quem verbaliza tem total noção de que está “jogando” com as palavras no intento de gerar interpretação que atenda seus interesses. A economia da verdade (ou a meia-verdade): aqui, parte da informação verídica é ocultada propositalmente. A informação revelada é verdadeira, mas, como ela oculta outro tanto de verdade, isto é, seleciona o que (não) é dito, acaba gerando um espectro que induz à interpretação errônea. A favorável interpretação dos fatos (ou giro): nesta hipótese, quem comunica realiza uma bricolagem de fatos, criando uma versão alternativa, na qual seleciona e dá ênfase para certas informações em detrimento de outras, preenchendo lacunas como lhe convêm. Seu intento é criar outra perspectiva, que esteja muito mais em sintonia com aquilo que ele espera. É como pegar um fato ruim (ou não-tão-bom) e enaltecer certos dados que o tornam aparentemente um fato positivo (ou vice-versa). Às vezes, como a Pollyana, de Eleanor Porter, e seu “jogo do feliz”: sempre em busca do lado positivo; às vezes como o ló, o burro do Ursinho Pooh, que só vê o lado negativo (DAVIS, Evan. *Post-truth: Why we have reached peak bullshit and what we can do about it*. Londres: Little, Brown Book Group, 2017, p. 22-38).

⁷ MACDONALD, Hector. *Truth: How the many sides to every story shape our reality*. Nova York: Random House, 2018, p. 13-16.

dizer o mínimo, enquanto o agente replicador pode ou não agir com malícia.

Não obstante a má-informação seja juridicamente a mais abjeta das modalidades, por vincular-se diretamente a ilícitos, a desinformação é especialmente nociva porque ela cultiva uma cultura de desonestidade⁸, no já complexo campo da desordem informacional, escudada no argumento de liberdade de manifestação. Como diagnosticou Ralph Keyes⁹, a desonestidade foi banalizada e a mentira foi dissimulada em jogos de palavras, em eufemismos: não se é mentiroso, mas, sim, alguém que errou, que fez uma brincadeira, que foi retirado de contexto, que foi mal-entendido ou que não compreendeu devidamente.

Essa cultura de desonestidade tem como coração a pós-verdade nascida da dinâmica entre agentes criadores, intérpretes e replicadores da desinformação. O Dicionário Oxford¹⁰ elegeu a expressão “pós-verdade” como a palavra do ano de 2016, definindo-a como um substantivo “que se relaciona ou denota circunstâncias nas quais fatos objetivos têm menos influência em moldar a opinião pública do que apelos à emoção e a crenças pessoais”.

A pós-verdade atua, então, como motor da desinformação, tendo como políticas/instrumentos de ação da mensagem¹¹: apoiar-se fortemente nas crenças centrais, nas emoções e nas dores pessoais e sociais do receptor; tender a simplificar a complexidade da realidade com binarismos parciais (bem x mal; certo x errado, eles x nós); buscar aliviar o mal-estar do ser-no-mundo, preenchendo as lacunas da sua compreensão da realidade com ficções acolhedoras; contar com uma rede confortável de veiculação, que é feita por canais ideologizados, entre pares conhecidos ou por grupos com os quais o receptor compartilha as mesmas noções; cultuar o amador em detrimento do profissional, esquivando-se de obrigações éticas do jornalismo, sabendo que as pessoas tendem a confiar mais em conhecidos do que em fontes desconhecidas ou distantes; e enaltecer o sensacionalismo, a polêmica e a polarização.

Mensagens estruturadas em pós-verdades costumam criar valor de disseminação. Como explica Ruud Koopmans¹², a partir das bases do jornalismo, o valor-notícia, o poder de disseminação, é gerado por três medidas: legitimidade, ressonância e visibilidade. Legitimidade diz respeito ao grau de aceitação ou consenso da informação. Se ela for considerada totalmente aceita ou totalmente refutada, sua legitimidade é pouco polarizadora. Ressonância refere-se ao nível de reação causado pelo impacto da mensagem. Para ser polarizadora, a ressonância deve ser alta, causando embate entre ideias divergentes. Visibilidade é a extensão de cobertura que a mensagem recebe pela mídia tradicional e demais canais informacionais. Quanto mais polêmica e polarizada foi a informação, maior é o valor-notícia e, conseqüentemente, a sua visibilidade.

⁸ SCHULMAN, Nev. *In real life: love lies & identity in the digital age*. Nova York: Grand Central Publishing, 2014, p. 25.

⁹ KEYES, Ralph. *The post-truth era: Dishonesty and deception in contemporary life*. Londres: Palgrave Macmillan, 2004, p. 15-16.

¹⁰ POST-TRUTH. *In*: Oxford Dictionaries. 2017. Disponível em: <https://en.oxforddictionaries.com>. Acesso em: 06 jun. 2020.

¹¹ SAKAMOTO, Leonardo. *O que aprendi sendo xingado na internet*. São Paulo: Leya, 2016. No mesmo sentido METEORO BRASIL. *Tudo o que você precisou desaprender para virar um idiota*. São Paulo: Planeta, 2019, p. 11-42.

¹² KOOPMANS, Ruud. Movements and media: Selection processes and evolutionary dynamics in the public sphere. *Theory and society*, v. 33, n. 3-4, p. 367-391, 2004.

Estes mecanismos da mensagem aliam-se a engrenagens próprias dos intérpretes. Forma-se, assim, a relação dialogal que, como afirmado por Wardle e Derakhshan¹³, pode resultar numa resposta que ignora, espalha como suporte ou espalha como crítica. Essa dinâmica, porém, nunca é neutra ou pura e a poluição se agrava quando três engrenagens se movem em conjunto na sociedade contemporânea: os filtros-bolhas, as câmaras de eco ou ressonância e as cascatas.

Os filtros-bolha, como denominou Eli Pariser¹⁴, são algoritmos que examinam as preferências pessoais de alguém a partir de seus hábitos de navegação para criar um padrão e, a partir disso, prever conteúdos que serão direcionados especialmente para o usuário. O filtro, assim, estimula certas informações enquanto barra outras, criando uma bolha pessoal do usuário, no qual ocorre um estado de isolamento intelectual. Os filtros-bolha possuem três singularidades: (i) são personalizados e com força centrífuga centrada no usuário e bem menos na experiência compartilhada; (ii) são invisíveis, impedindo o plano conhecimento das considerações utilizadas para o direcionamento de conteúdo, bem como a sua maior ou menor parcialidade; e (iii) impedem a autonomia decisional, pois entregam padrões estruturados unilateralmente.

As câmaras de eco são ambientes, como redes sociais e grupos de whatsapp, nos quais o sujeito encontra apenas crenças e informações iguais ou similares a sua. Estes ambientes são propícios para o florescimento de posturas extremistas, pois têm a ínsita capacidade de alargar a polarização ao reforçarem crenças preexistentes, conferirem empoderamento pessoal ao corroborarem a pessoal visão de mundo, gerando segurança e bem-estar, e enraizar narrativas nem sempre aliadas com a verdade. As câmaras de eco têm especial sucesso porque os pares validam-se entre si, tal qual ocorre com a legitimação das informações compartilhadas¹⁵.

As cascatas podem ser de informação ou de conformidade, sendo ambas replicações “meméticas” de uma informação ou de uma posição. As cascatas de informação dizem respeito ao fato de uma informação que aparenta ser verdadeira ser aceita e replicada incontáveis vezes pela mesma perspectiva. Isso acontece muito facilmente nas redes sociais com os retweets, compartilhamentos, encaminhamentos e assemelhados, mas é facilmente vista non Youtube, onde o algoritmo expõe os vídeos “em alta”, isso é, os mais populares são impulsionados para serem ainda mais populares. As cascatas de conformidade referem-se ao comportamento de autoconter-se ou autocensurar-se para acompanhar a visão do grupo ou a opinião majoritária. Há inúmeras razões para as pessoas fazerem isso, não obstante suas dúvidas pessoais, mas, em regra, é para manter-se bem-vista com os pares, evitando tensões

¹³ WARDLE, Claire; DERAKHSHAN, Hossein. *Information disorder: Toward an interdisciplinary framework for research and policy making*. Strasbourg: Council of Europe report, v. 27, 2017, p. 6.

¹⁴ PARISER, Eli. *The filter bubble: What the Internet is hiding from you*. Londres: Penguin, 2011, p. 10-11.

¹⁵ SUNSTEIN, Cass R. *On rumors: How falsehoods spread, why we believe them, and what can be done*. Princeton: Princeton University Press, 2014, p. 30-35.

com a perspectiva acolhida pelo líder ou maioria dos correligionários¹⁶.

Não é demasiado perceber que o comportamento das pessoas pode ser diretamente influenciado por estes mecanismos e por estas estratégias comunicacionais. Os agentes criadores e os propagadores sabem disso e, apesar de estarem distribuídos em inúmeras formas interseccionais (tais como: agentes oficiais ou não, individuais ou organizados, motivados por um ou outro elemento, automatizados ou não, com intuito de enganar ou não, visando causar dano ou não, dentre outras tantas categorias¹⁷), o presente estudo irá dedicar-se a quatro tipos: *trolls*, *fakers*, *haters* e *bullies*.

2. OS AGENTES PROPAGADORES: *TROLLS* E *FAKERS*; *HATERS* E *BULLIES*

Com a democratização do acesso à internet – que no Brasil iniciou a partir da década de 1990 – acreditava-se em um novo espaço de oportunidades onde a cultura até então existente aliar-se-ia à tecnologia criando uma cibercultura propícia ao desenvolvimento humano¹⁸. Parte disso tornou-se verdade, mas, em contrapartida, muita coisa indesejada também apareceu – e seria leviano focar apenas nas benesses trazidas, enxergando a internet como panaceia para todos os males¹⁹.

O amplo acesso às redes sociais deu espaço para o empoderamento de figuras tóxicas como *trolls*, *fakers*, *haters* e *bullies*. Tais títulos são mais adequadamente postos como adjetivos de comportamento do que como seres em si. Estes comportamentos, não raro, flertam com posturas autoritárias e com a desonestidade ou se configuram em efetivos abusos de direito ou mesmo delitos. Vão desde a propositada veiculação de desinformação, passam por golpes e comentários agressivos, chegando até violentos assédios. O que se vê no dia-a-dia são pequenas gota do oceano de ódio gratuito e desinformação que parte da internet, mais especificamente das redes sociais, se tornaram.

Os mais alarmistas irão dizer que a internet se tornou um local abjeto ou que transformou as pessoas em seres detestáveis. Porém, a internet é apenas um prolongamento virtual dos espaços físicos há muito coabitados²⁰. Assim, o que a internet fez foi empoderar, agindo como lupa ou megafone para quem estava reduzido em sua insignificância. Os comportamentos daí surgidos são reflexos aumentados de coisas já existentes.

A democratização da internet é, também, a ampliação da liberdade de expressão e da democratização da informação. Isso, por um lado, representou a parcial queda do monopólio

¹⁶ SUNSTEIN, Cass R. *On rumors: How falsehoods spread, why we believe them, and what can be done*. Princeton: Princeton University Press, 2014, p. 23-30.

¹⁷ WARDLE, Claire; DERAKHSHAN, Hossein. *Information disorder: Toward an interdisciplinary framework for research and policy making*. Strasbourg: Council of Europe report, v. 27, 2017, p. 6.

¹⁸ A cibercultura é aqui entendida como os efeitos (físicos, morais, intelectuais, simbólicos, etc.) união entre a tecnologia e as práticas socioculturais ou, em outros termos, “a cultura contemporânea, associada a tecnologias digitais (ciberespaço, simulação, tempo real, processos de virtualização, etc.) vai criar uma nova relação entre a técnica e a vida social que chamaremos de cibercultura” (LEMOS, André. *Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea*. Porto Alegre: Sulina, 2013, p. 15).

¹⁹ RÜDIGER, Francisco. *As teorias da cibercultura: perspectivas, questões e autores*. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2013, p. 26.

²⁰ GUEST, Tim. *Second lives: a journey through virtual worlds*. Nova York: Random House, 2007, p. 265.

dos veículos formais de informação – a chamada mídia tradicional – sobre o *gatekeeping*²¹. Em decorrência disso, brotaram em paralelo à mídia tradicional inúmeros veículos alternativos e informais de informação (a página “x” no Facebook, o blog “x” e também a notícia “x” recebida via WhatsApp e Telegram²²). Assim, em suas ações, *trolls*, *fakers*, *haters* e *bullies* estão lado a lado com o jornalismo profissional, não adstritos, contudo, as bases éticas destes.

2.1 TROLLS

“Some men aren't looking for anything logical, like money. They can't be bought, bullied, reasoned, or negotiated with. Some men just want to watch the world burn.” (Batman, The Dark Knight - 2008)

Os *trolls* são aquelas pessoas que transitam nas redes sociais assediando pessoas e/ou instigando – e às vezes causando – algum tipo de provocação, debate e/ou alvoroço. Suas ações – em geral vistas como imaturas ou negligentes – vão desde brincadeiras inofensivas que enganam o outro, passando por críticas levianas, até provocações mais elaboradas que causam indignação, irritação, frustração, ultraje, injúria ou furor. Existe, assim, uma miríade de tipos, motivações e níveis de *trolls* e *trollagens*²³. Os *trolls* estão por toda a parte desde sempre. Online, eles aparecem na seção de comentários, nos fóruns, nos blogs, nos grupos de WhatsApp, em jogos online, no Twitter. Contudo, mesmo antes da internet eles já habitavam os círculos sociais *offline* com mentiras e provocações.

É fato que, independente da sua motivação, o *troll* busca agitar caoticamente o contexto, mas não a coisa em si, pois ele nada agrega. Em uma matéria sobre a pertinência das cotas raciais no ensino superior, por exemplo, o *troll* irá, propositadamente, lançar alguma frase de impacto, controversa, oca de sentido ou de sentido irrelevante para si mesmo, apenas para provocar ou irritar a(s) vítima(a), mas não para um sério e real debate de ideias, com propostas concretas. Neste exemplo, o *troll* não está levando a sério o debate sobre cotas, quer apenas “assistir ao mundo pegar fogo”, como sugerido por Alfred, em Batman, o Cavaleiro das Trevas. Metaforicamente, o *troll* é aquele que entrega o combustível e os fósforos para quem quiser ingenuamente iniciar o incêndio; em regra, ele não causa diretamente o fogo, mas,

²¹ A função de *gatekeeping*, oriunda do jornalismo, pode ser sintetizada como o filtro técnico aplicado pelos *gatekeepers* sobre aquilo que será (ou não) notícia publicada e sobre quais informações farão parte (ou não) do conteúdo desta notícia (SHOEMAKER, Pamela J. et al. Individual and routine forces in gatekeeping. *Journalism & Mass Communication Quarterly*, v. 78, n. 2, p. 233-246, 2001, p. 233).

²² Recente pesquisa realizada pelo DataSenado (2019) revelou que o meio de informação mais utilizado pelos brasileiros é – pasme – o WhatsApp (79%), seguido pela televisão (50%), Youtube (49%) e Facebook (44%). Mais de 70% dos respondentes disse já ter encontrado desinformação na rede e 83% acreditam que as redes sociais influenciam a opinião das pessoas. Pode parecer um paradoxo, mas outra pesquisa, da Datafolha (2019) sobre a confiança do brasileiro nas instituições, apontou que 46% dos respondentes não confia nas redes sociais; sobre a imprensa (formal/tradicional), concluiu que o grau de desconfiança teve alta relevante de 26% para 30% que não confiam (contra 21% que confiam muito e 48% que confiam um pouco). Trata-se claramente do Paradoxo de Bossuet, onde: “*los hombres se lamentan en general de aquello que aceptan en particular*” (ROSANVALLON, Pierre. *La sociedad de los iguales*. Tradução de Maria Pons. Barcelona: RBA, 2012, p. 15).

²³ GORMAN, Ginger. *Troll hunting: inside the world of online hate and its human fallout*. London: Hardie Grant Books, 2019. *E-book*.

ardilosamente, fornece todos os materiais para isso. Como refere Phillips²⁴, o *troll* é um “pescador de chammas”, entendendo-se “chammas” como a resposta inflamada daquele que foi fisgado²⁵.

Um exemplo curioso ocorreu no Brasil, em 2014. Durante a Copa do Mundo FIFA de futebol masculino, surgiram notícias, vídeos e boatos de que o Estado Norte Coreano estaria divulgado para os seus cidadãos que a Coreia do Norte havia vencido a Copa, obtendo vitórias expressivas e, inclusive, na partida final, vencendo o Brasil por 8 a 1. A história de que a imprensa estatal da Coreia do Norte estaria enganando seu povo – não só pelos resultados, mas notadamente porque a Coreia do Norte sequer participava da competição – ultrajou um punhado de pessoas e causou tamanho estardalhaço que repercutiu nas redes sociais e na imprensa nacional e internacional. Todos foram fisgados pelo *troll*.

Algum tempo depois ficou esclarecido que tudo foi uma grande, longa e bem-arquitetada *trollagem* do *influencer* Cid, conhecido especialmente pelo site “Não Salvo”. O que ele não esperava é que a situação tomasse proporções globais, saindo do seu controle, que o forçaram a explicar a situação evitando qualquer desconforto diplomático. Cid comentou em programas televisivos que, depois de tudo esclarecido, recebeu uma carta da Embaixada da Coreia do Norte comentando a *trollagem* e afirmando que a brincadeira era a prova de que imprensa do ocidente é uma piada²⁶.

De acordo com um estudo comportamental elaborado por Tom Postmes²⁷, o *troll*: “*aspire to violence, to the level of trouble they can cause in an environment. They want it to kick off. They want to promote antipathetic emotions of disgust and outrage, which morbidly gives them a sense of pleasure*”. É diante do conhecimento de que o *troll* almeja atenção ou prazer por meio do desconforto alheio que surge a popular frase “não alimente os *trolls*”, isso é, ignore-os, não caia em suas armadilhas provocativas e não lhe dê espaço de ação. Como refere Quinn²⁸: “*if someone is wasting your time by being a jackass, then engaging is pointless*”²⁹.

²⁴ PHILLIPS, Whitney. *This is why we can't have nice things: mapping the relationship between online trolling and mainstream culture*. Massachusetts: The MIT Press, 2015. *E-book*.

²⁵ Não à toa, sugere-se que a origem etimológica da expressão “*troll*” seja vinculada tanto à técnica de pesca chamada “trolling” quanto ao ser mitológico do folclore escandinavo. De qualquer sorte, ambas as origens seriam adequadas, note-se: na técnica de pesca dinâmica *trolling* (corrico, no Brasil), o pescador joga o anzol com a isca na água e, com o barco em movimento, simula uma presa, criando um contexto próximo ao natural para o peixe, o qual acaba fisgado. Por outro lado, o ser mitológico Troll, é geralmente apontado como um ser rude e ignorante. Ele habita locais sombrios de difícil detecção (como o anonimato na internet ou perfis *fakes*) e, com ilusões, atrai suas vítimas, as captura e as escraviza. Interessante que, quando exposto à luz (removido do anonimato), o *troll* acaba derrotado e transformado em pedra.

²⁶ NÃO SALVO. *Desafio aceito 25: fazer da Coreia do Norte campeã da copa*. Disponível em: www.naosalvo.com.br/desafio-aceito-25-fazer-da-coreia-do-norte-campea-da-copa. Acesso em: 01 jul. 2020. Nesta mesma postagem Cid esclareceu: “se existe uma coisa que eu aprendi com Desafio Aceito até hoje é que você não precisa plantar uma notícia em todos os jornais, mas sim, em UM só, pois um é cópia do outro e uma hora ou outra alguém vai lá *dar ctrl + C, ctrl + V* e responder a matéria com outras palavras”.

²⁷ POSTMES, Tom. Interview. In: ADAMS, Tim. How the internet created an age of rage. *The Guardian*, 2011. Disponível em: <https://www.theguardian.com/technology/2011/jul/24/internet-anonymity-trolling-tim-adams>. Acesso em: 20 nov. 2019.

²⁸ QUINN, Zoe. *Crash override: how Gamergate (nearly) destroyed my life, and how we can win the fight against online hate*. Nova York: PublicAffairs, 2017. *E-book*.

²⁹ Há uma interessante crítica feminista sobre a expressão “não alimente os *trolls*” no contexto do cibersexismo. Conforme a crítica de Bailey Poland, tal frase, para as mulheres que são ciberassediadas, acaba representando uma forma alternativa de dizer “pare de deixar os demais desconfortáveis apontando

2.2 FAKERS

"If you don't like what's being said, change the conversation."
(Donald Draper – Madmen)

Fakers são pessoas dedicadas a enganar maliciosamente os demais, por meio de golpes criminosos, identidades falsas ou de desinformação. São os enganadores com má-fé. Nesta seara tem-se desde aquele que cria um perfil falso na rede social para fins de estelionato até aquele que deliberadamente espalha *fake news* e outros tipos de desinformação. Apesar de próximo em alguns sentidos, o *Faker* é diferente do *Troll*. O *Troll* quer especialmente tumultuar o cenário pela bagunça que intenta gerar; o *faker* age propositadamente de má-fé para prejudicar ou enganar. A malícia do *troll* reside na sua infantilidade e a do *Faker* na sua desonestidade.

Para ilustrar, veja-se o programa Catfish, da MTV. Nele, os apresentadores buscam ajudar as pessoas a descobrir se o seu relacionamento online é real ou se a pessoa caiu em uma armadilha, sendo vítima da situação. O programa desmascarou inúmeras situações de pessoas que enganavam e prejudicavam as vítimas, mentindo sua idade, sexo, orientação sexual, atributos físicos, qualificações acadêmicas, empregos, moradia, dentre outras coisas³⁰.

No que diz respeito à desinformação, neste contexto aparecem, por exemplo, os famosos links falsos (por meio de textos, notícias ou imagens) que acabam capturando informações pessoais, profissionais ou bancárias da vítima e tendem a causar prejuízos de ordem pessoal e/ou patrimonial. Tal situação foi devidamente alertada, por exemplo, pela Coordenadoria Estadual de Combate aos Crimes Cibernéticos (Coeciber), do MPMG, ao tratar dos golpes a partir da desinformação acerca do coronavírus³¹. Isso vem ao encontro dos dados do Centro de Estudos, Resposta e Tratamento de Incidentes de Segurança no Brasil (CERT.br), do Comitê Gestor da Internet no Brasil, os quais apontaram, no último relatório (2019), que cerca de 4,5% de todos os ataques realizados na internet são ligados a fraudes com base em técnicas, instrumentos ou informações falsas³².

O *faker* é habitualmente ligado à mentira. Porém, mentir pode ser mais complexo do que apenas “não falar a verdade”. A mentira é a mais popular forma de desonestidade. Uma desonestidade pode aparecer de formas variadas e com objetivos diversos em cada caso³³.

o abuso que você sofre” ou “sofra em silêncio e finja estar tudo bem”. O argumento de Poland é válido, porém, talvez, aplique-se mais – mas não exclusivamente – aos *haters* e *bullies* do que aos *trolls* (POLAND, Bailey. *Haters: harassment, abuse, and violence online*. Lincoln: Potomac Books, 2016).

³⁰ SCHULMAN, Nev. *In real life: love lies & identity in the digital age*. Nova York: Grand Central Publishing, 2014.

³¹ MPMG. Ministério Público de Minas Gerais. *Coeciber alerta para cuidado com fake news e com sites sobre coronavírus que capturam informações pessoais dos internautas*. Disponível em: www.mpmg.mp.br/comunicacao/noticias/coeciber-alerta-para-cuidado-com-fake-news-e-com-sites-sobre-coronavirus-que-roubam-informacoes-pessoais-dos-internautas.htm. Acesso em 01 jul. 2020.

³² CERT.br. Centro de Estudos, Resposta e Tratamento de Incidentes de Segurança no Brasil. *Estatísticas dos Incidentes Reportados ao CERT.br*. Disponível em: www.cert.br/stats/incidentes/. Acesso em: 01 jul. 2020.

³³ “Mentir é o que acontece quando uma pessoa faz uma afirmação que ela sabe ou suspeita ser falsa, na esperança de que os outros pensem que é verdade. A mentira é uma ação positiva com o objetivo de

Como relata Macdonald³⁴, a própria verdade pode servir como forma de desonestidade, dependendo da forma como é apresentada.

A verdade possui muitos lados que não são excludentes entre si: são verdades concorrentes. Dizer que os números do desemprego caíram, por exemplo, pode ser tão verdade quanto o fato que esse índice somente ocorreu pela precarização das normas trabalhistas ou do aumento do trabalho informal. Ambas podem ser verdades e, ao mesmo tempo, serem utilizadas para fins desonestos. Isoladamente, elas têm grande potencial de moldar a interpretação. É como dito por Donald Draper, em *Madmen*: "Se você não gosta do que está sendo dito, mude a conversa".

2.3 HATERS

"I social media danno diritto di parola a legioni di imbecilli che prima parlavano solo al bar dopo un bicchiere di vino, senza danneggiare la collettività. [...] E' l'invasione degli imbecilli." – (Umberto Eco, 2015)

Os *haters* e os *bullies* têm em comum a agressividade. O *hater* – o odiador – é diretamente conectado ao criticismo agressivo, leviano e gratuito. Pode-se especular que o *hater*, ou melhor, o comportamento *hater*, existe desde sempre. Ocorre que, com a *internet*, os odiadores passaram a ter voz e espaço para manifestá-la e, assim, parecem ter-se multiplicado. Como disse Umberto Eco³⁵, antes da internet, o alcance de tais pessoas ficava limitado à mesa do bar, tendo curto espaço de vida, porém, agora, têm possibilidades ilimitadas de alcance, ressonância e relevância.

Na internet o *hater* tem como habitat preferido a seção de comentários (mas a ela não se limita). Na verdade, o *hater* pode aparecer em qualquer espaço no qual possa manifestar-se. E a sua manifestação tem o traço peculiar de ser sempre uma comunicação violenta (críticas levianas, sarcasmo, opiniões pessoais universalizadas, julgos de valores, apologia à violência, fala agressiva ou intolerante). Nesse sentido, o *hater* tem a patética ingenuidade de acreditar que a sua manifestação é indispensável (porque, afinal, ele sempre se coloca do "lado certo" das coisas). Tem a fé de que seu comentário vai falar "a verdade" ou "irá constranger/expor quem merece", enfim, ele realmente acredita que a sua opinião é relevante.

enganar o público-alvo. Mentir pode envolver a invenção de fatos que se sabe serem falsos ou a negação de fatos que se sabe serem verdadeiros. Mas mentir não diz respeito apenas à veracidade de fatos específicos. Também pode envolver o arranjo dissimulado de fatos a fim de contar uma história fictícia. Especialmente, uma pessoa está mentindo quando utiliza fatos – até mesmo fatos verdadeiros – para sugerir que algo é verdadeiro, sabendo que não é. Nesse caso, o mentiroso está propositalmente conduzindo o ouvinte a uma falsa conclusão sem explicitamente declarar essa conclusão" (MEARSHEIMER, John. *Por que os líderes mentem*: toda a verdade sobre as mentiras na política internacional. Tradução de Alexandre Werneck. Rio de Janeiro: Zahar, 2012. *E-book*).

³⁴ MACDONALD, Hector. *Truth*: How the many sides to every story shape our reality. Nova York: Random House, 2018, p. 124-28.

³⁵ ECO, Umberto. *Discurso* [ao receber a láurea de honoris causa em comunicação e cultura das mídias, da Universidade de Turim, na Itália]. 2015. Disponível em: <http://www.lastampa.it/2015/06/10/cultura/eco-con-i-parola-a-legioni-di-imbecilli-XJrvezBN4XOoyo0h98EfjJ/pagina.html>. Acesso em: 01 out. 2015.

E, é por isso que não há pré-requisito ideológico ou partidário para ser um *hater*, pois, andando nos extremos: ele pode ser tanto o militante de esquerda (que não consegue ficar impassível diante da menor das fagulhas de polêmica, sempre apto a escrutinar ou desconstruir); assim como pode ser o conservador-perenista (que precisa denunciar os planos globalistas ou outras teorias conspiratórias que estão acabando com a moral judaico-cristã); bem como pode ser o neoliberal, o capitalista (que necessita agir como *coach* para mudar o *mindset* de todos em prol do empreendedorismo), dentre outros.

Por um tempo, o *hater* ficou resumido à difusão de um ódio dissimulado, mascarado pela sua crítica rasa³⁶. Porém, atualmente, o *hater*, para além daquele ódio dissimulado na crítica, também pode ser enquadrado pela disseminação de ódio direto. São práticas comuns neste contexto o discurso de ódio e falas “politicamente incorretas”³⁷. Um adequado exemplo acerca da Covid-19 foi a crescente de declarações de ódio contra China e o povo chinês, a partir da pandemia. Um estudo realizado pela L1ght, empresa dedicada a prevenir a toxidade online, indicou aumento de 900%, no Twitter, do discurso de ódio direcionado à China e os chineses, especialmente em termos de xenofobia. Ao lado disso, também o aumento de 200% no tráfego de sites de ódio e postagens específicas contra asiáticos³⁸.

2.4 BULLIES

“A gente precisa de terapia pra lidar com pessoas que deveriam fazer terapia e não fazem.” – (autor desconhecido)

Por seu turno, o *bully/bullies* – o valentão/valentões – é uma forma piorada de *hater*, pois eleva sua conduta agressiva para o assédio constante e intencional, direcionado para um alvo específico que, via de regra, é vulnerável na relação de poder³⁹. Diferente do *hater*, que se

³⁶ Tal característica foi devidamente notada por Strassel que escreveu livro chamado *Resistance (at all costs): how trump hater are breaking America* e assim disse: “Há, de fato, uma razão pela qual o subtítulo deste livro se refere a “inimigos de Trump” em vez de “críticos de Trump”. Muitos americanos atenciosos e muitos escritores políticos atenciosos têm problemas com nosso 45º presidente - inclusive eu. Mas os críticos também trabalharam para fazer essa coisa muito difícil de julgar Trump pelas mesmas lentes que julgaram ex-presidentes. Eles o elogiam quando ele faz as coisas certas. Eles o criticam quando ele entende errado. Esse é o método usual e duradouro de responsabilidade política. Mas os “odiadores” não podem suportar nuances. Para a Resistência, qualquer elogio - por mais qualificado que seja - a Trump é equivalente à traição americana. E, por extensão, qualquer crítica à resistência é igualmente herética. Se você é um odiador de Trump, esta é uma excelente maneira de encerrar os desafios de suas táticas ou argumentos. Mas é uma maneira podre de promover o debate público, e o vácuo resultante de discussões significativas já levou a Resistência a exagerar” (STRASSEL, Kimberley. *Resistance (At All Costs): How Trump Haters Are Breaking America*. Grand Central Publishing, 2019. *E-book*.)

³⁷ Como refere Moira Weigel, de uma bandeira de emancipação, a expressão “politicamente correto” vai se tornando um inimigo-fantasma de todo o movimento “anti-politicamente correto”. A batalha chegou-se ao ponto míope de inversões como “racismo reverso” e “orgulho hétero”, dando a entender que, na atualidade, brancos e heterossexuais sofrem preconceitos ou são discriminados negativamente (WEIGEL, Moira. *Political correctness: how the right invented a phantom enemy*. *The Guardian*, v. 30, p. 41-48, 2016).

³⁸ L1GHT. *Rising Levels of Hate Speech & Online Toxicity During This Time of Crisis*. Disponível em: https://l1ght.com/Toxicity_during_coronavirus_Report-L1ght.pdf. Acesso em: 01 jul 2020.

³⁹ A disparidade de poder entre as partes explica, ademais, as raízes do termo *bullying*. Conta Olweus que, na década de 1960, valia-se da expressão *mobbing*, o qual diz respeito ao ataque coletivo de um grupo de animais contra um animal de outra espécie. Mais recentemente denotou-se que o *bullying* poderia ocorrer de um-para-um, de modo que uma das características não era o grupo, mas, sim, a diferença de poder ou a

foca na crítica tóxica, o *bully* avança para efetivas violências físicas, verbais, sociais, psicológicas, de modo contínuo. Isso pode ocorrer por meio da intimidação, da perseguição, da humilhação, da exposição, da difamação, dentre outros. Como sintetizam Lohmann e Taylor⁴⁰ “o *bullying* é uma forma de abuso. É um comportamento repetitivo e agressivo, que visa prejudicar outra pessoa”. O alvo do *bully* é, geralmente, uma vítima socialmente vulnerável (como o preto, o gay, o obeso, o *nerd*, o pobre, a pessoa com deficiência), mas nada impede que seja qualquer pessoa, por qualquer motivo.

Na internet o *bullying* tornou-se *ciberbullying*. O assédio, então, passou a ganhar novas ferramentas que se aliaram às práticas do “mundo físico”. O *ciberbullying* pode representar uma versão estendida do *bullying*, pois este encerrava-se/suspendia-se quando o ofensor e vítima se afastam; mas aquele se estende pelos caminhos virtuais desimportando o contato físico. A casa já não é um porto seguro. Aparecem aí: extorsão diante da ameaça de vazamento de arquivos íntimos (*revenge porn*), criação de perfis e páginas falsas para fins de assédio, injúria, difamação ou exposição, perseguição (*stalking*) e violências diretas em redes sociais. Os efeitos dessas condutas são altamente tóxicos para as vítimas, tanto em um sentido social quanto psicológico, não raro causando danos psíquicos. Assim, pode e deve ser encarado como uma questão de segurança e saúde coletiva.

O *ciberbullying* é uma situação bastante comum entre adolescentes, sendo um desafio constante, tanto em relação à vítima quanto em vista do ofensor, para os pais e para as escolas. Não obstante, pode acontecer em qualquer espaço de convívio coletivo, como o ambiente de trabalho, a faculdade, a equipe esportiva e outros grupos. Nesse sentido, é importante não se naturalizar o *bullying*, tolerando-o como algo normal ou transformando-o em piada.

O cenário pandêmico de Coronavírus gerou inúmeras situações de *bullying* e *ciberbullying* contra asiáticos. No Brasil, por exemplo, notícias alertam para brasileiros descendentes de chineses ou japoneses que estão sendo assediados e ofendidos pessoalmente e em suas redes sociais⁴¹. Sobre eles, derrama-se uma infundada responsabilidade pelas dores e prejuízos globais. A situação gerou uma contraofensiva simbólica por meio da *hashtag* “#EuNaoSouUmVirus”⁴².

3. A DESINFORMAÇÃO SOBRE O CORONAVÍRUS E A COVID-19 PROPAGADA POR TROLLS, FAKERS, HATERS E BULLIES E A CONFIGURAÇÃO DE ABUSO DE DIREITO

A poluição informacional é um desafio global de implicações nos âmbitos jurídico,

vulnerabilidade da vítima (OLWEUS, Dan. Understanding and researching bullying: Some critical issues. In: *Handbook of bullying in schools*. Londres: Routledge, 2009. p. 9).

⁴⁰ LOHMANN, Raychelle Cassada; TAYLOR, Julia V. *The Bullying Workbook for Teens: Activities to Help You Deal with Social Aggression and Cyberbullying*. Oakland: New Harbinger Publications, 2013.

⁴¹ G1. *Brasileira é alvo de bullying por conta de coronavírus: 'me senti humilhada'*. Disponível em: <https://g1.globo.com>. Acesso em: 01 jul. 2020

⁴² UOL. *#EuNaoSouUmVirus: epidemia do covid-19 dispara racismo contra asiáticos*. Disponível em: tab.uol.com.br/noticias/. Acesso em: 01 jul. 2020.

político e social. Não obstante tal realidade não escolha nacionalidade, o Brasil tem uma situação peculiar: os brasileiros são o povo que mais acredita em desinformação no mundo, conforme pesquisa da Avaaz⁴³. Isso se agrava se considerados os estudos segundo os quais a contrainformação – a informação de correção ou enfrentamento da desinformação – deve esforçar-se muito mais para ter plenas capacidades de desfazer os efeitos psicológicos da desinformação; ao lado do fato de que pessoas que espalham ou concordam com a desinformação são menos propensas a revisar suas crenças, apesar dos indícios em contrário⁴⁴.

O problema da poluição informacional no Brasil chegou a níveis intoleráveis que motivaram, dentre outras ações, medidas por parte do Supremo Tribunal Federal (ADPF 572 e INQ 4781) e do Tribunal Superior Eleitoral (AIJE 11527); uma CPMI Federal (Comissão Parlamentar de Inquérito – RQN 11/2-19), além de outras nos diversos níveis do legislativo; uma reforma no Código Eleitoral (Lei Federal 13.834/2019) criminalizando a denúncia caluniosa eleitoral, inúmeros projetos de lei nas esferas civil e penal, dentre eles o famoso PL 2.630/2020; e, além disso, diversas iniciativas privadas em prol da checagem de fatos e de uma cultura de responsabilidade pelo compartilhado.

O drama da desinformação aparece majoritariamente na esfera político-partidária, opondo ideários, inflamando a arena pública e desafiando a autorregulação do livre mercado de ideias. Outras esferas também não são imunes à desinformação – sempre há alguém pregando peças ou incitando ódio –, mas tendem a ser menos polarizadoras e, conseqüentemente, menos disseminadas. Uma situação de ocasião muito específica, contudo, juntou a esfera política às demais esferas: a pandemia de Coronavírus que assola o planeta.

Não bastasse os oportunistas político-partidários valendo-se de desinformação para alimentar suas pautas, o tema da desordem informacional por conta de Covid-19 alcançou igualmente pessoas comuns que agem como os agentes do caos (*trolls* e *fakers*) e como incitadoras de toxidade (*haters* e *bullies*). Assim, em suma, o cenário de desinformação não está sendo alimentado apenas por canais tradicionais de informação, políticos de índole questionável e empresas financiadoras, mas também por pessoas comuns que, de boa ou má-fé, criam e/ou espalham desinformação.

Sobre o tema da desinformação em torno do Coronavírus e da Covid-19, a referida

⁴³ AVAAZ. *O Brasil está sofrendo uma infodemia de Covid-19*. Disponível em: secure.avaaz.org/campaign/po/brasil_infodemia_coronavirus. Acesso em 01 jul 2020.

⁴⁴ “The results of generating explanations in line with the misinformation were consistent with the hypothesis that people who generate arguments supporting misinformation struggle to later question and change their initial attitudes and beliefs. As shown in Table 6, the debunking message was less effective when people were initially more likely to generate explanations supporting the misinformation than when they were not. The results of counterarguing the misinformation also supported predictions. The debunking message was more effective when people were more likely to counterargue the misinformation than when they were not. Further, the results of the detail of debunking messages were consistent with our hypothesis that debunking is more successful when it provides information that enables recipients to update the mental model justifying the misinformation (see Table 6). As expected, the debunking effect was weaker when the debunking message simply labeled misinformation as incorrect rather than when it introduced corrective information” (CHAN, Man-pui Sally; JONES, Christopher R. Jones. JAMIESON, Kathleen Hall; ALBARRACÍN, Dolores. Debunking: A meta-analysis of the psychological efficacy of messages countering misinformation. *Psychological Science*, v. 28, n. 11, p. 1531-1546, 2017).

pesquisa do Avaaz⁴⁵ indicou que o Brasil sofre uma “infodemia de Covid-19”. Sobre o tema, concluiu-se que: 73% dos brasileiros entrevistados acreditaram em ao menos um dos conteúdos de desinformação; 94% dos entrevistados tomou conhecimento de, ao menos, uma das informações falsas que lhes foi mostrada e cerca de 60% de três ou mais; e que o WhatsApp (59%) e o Facebook (55%) estão entre as três fontes mais citadas pelos brasileiros para todas as informações falsas.

Por seu turno, o Ministério da Saúde do Brasil reconhece oficialmente – até a data de fechamento do texto – oitenta e cinco desinformações veiculadas. Esse número, obviamente, ignora outras incontáveis, fruto da fértil imaginação humana. Muitas delas são inofensivas, mas outras têm evidente potencial de criar pânico e medo, estimular comportamentos temerários ou extremistas e até mesmo causar efetivos prejuízos. No seio destas oitenta e cinco, vê-se, por exemplo:

1	Vacina da gripe aumenta risco de adoecer por coronavírus
2	Máscaras de doação da China são contaminadas com coronavírus
3	Café previne o coronavírus
4	Chá de limão com bicarbonato quente cura coronavírus
5	Coronavírus fica vivo por 9 dias
6	Óleo consagrado para curar coronavírus
7	Feijão da Igreja Mundial que cura coronavírus
8	Vitamina C cura coronavírus, que veio dos animais, e água com limão que cura câncer
9	Utilizar álcool em gel nas mãos para prevenir coronavírus altera bafômetro nas blitz
10	Tribunal chinês irá matar 20 mil pacientes com coronavírus
11	Compras da China pela internet e o novo coronavírus
12	Governo esconde números sobre novo coronavírus
13	Novo coronavírus causa pneumonia de imediato

Tabela 1 – 13 (de 85) fake news reconhecidas pelo Ministério da Saúde brasileiro sobre o Coronavírus⁴⁶

Trolls, fakers, haters e bullies têm em comum o fato de aproveitarem-se de suas liberdades comunicativas e da tecnologia para agirem maliciosamente, em regra de modo habitual, sobre seus alvos. Nasce *memes*, *click baits*, mentiras, toxidade e outras figuras baseadas em som, texto e/ou imagem que geram uma constante tensão entre liberdades de manifestação, direitos da personalidade e deveres informacionais. Seus comportamentos, nesse sentido, os tornam diferente de pessoas comuns que, de boa-fé, compartilham desinformação, acreditando de modo pueril estarem agregando ao mercado de ideias ou ao debate público.

⁴⁵ AVAAZ. *O Brasil está sofrendo uma infodemia de Covid-19*. Disponível em: secure.avaaz.org/campaign/po/brasil_infodemia_coronavirus. Acesso em: 01 jul. 2020.

⁴⁶ BRASIL. Ministério da Saúde. *Novo coronavírus fake news*. Disponível em: <https://www.saude.gov.br/component/tags/tag/novo-coronavirus-fake-news>. Acesso em: 11 jun. 2020.

Ao fim e ao cabo, o debate tende a desaguar entre limitar ou não a liberdade de expressão por meio de políticas administrativas (das redes sociais), legislações ou decisões judiciais. É evidente que aqui se fala de limitação sobre as ilicitudes civis (ilícitos culposos e abusos de direito), administrativas (infrações do usuário) e penais (delitos). Por um lado, isso significa não cancelar ou compactuar com as indesejadas atitudes de *trolls*, *fakers*, *haters* e *bullies*. Mas, por outro lado, significa ser suficientemente crítico para perceber que algumas coisas são fruto da “alta sensibilidade alheia” ou de “emoções pessoais”, não representando, em tese, violações jurídicas.

O debate central acerca da configuração de abuso de direito pela criação ou compartilhamento de desinformação destes agentes está na percepção de eventual violação funcional da liberdade exercida. Inclina-se ao entendimento jurídico de que a conduta de *trolls*, *fakers*, *haters* e *bullies* tem pleno potencial para configurar abuso no exercício do direito à liberdade de comunicação por violar a boa-fé, a função social e os bons costumes, sendo determinante, ainda assim, a existência ou não do excesso manifesto.

O abuso de direito, previsto no art. 187, do Código Civil de 2002⁴⁷, trata-se de um ato ilícito que independe de culpa e de dano⁴⁸. Isso não significa que para responsabilização civil por abuso de direito o dano será dispensável; pelo contrário, segue sendo pressuposto. Sua matriz é, assim, objetiva, perfectibilizando-se no exercício que extrapola manifestamente certas funções, finalidades e/ou limites tutelados pelo Direito para a harmônica e justa convivência social. Não reside, pois, na violação de um texto legal expresso, mas, sim, na conduta que viola preceitos funcionais (função social, função econômica, boa-fé e/ou bons costumes). Portanto, o abuso de direito sempre será “exercício antissocial do direito [...] o fundamento principal do abuso de direito é impedir que o direito sirva como forma de opressão”⁴⁹. A figura do abuso de direito, enquanto ato ilícito, guarda em si duas lógicas: (1) de que nenhum direito subjetivo é absoluto⁵⁰ e (2) de que o direito é incindível da moral⁵¹.

O comportamento de criar ou disseminar maliciosamente desinformação, quando manifestamente excessivo, viola, ao menos, a boa-fé das relações, a função social da liberdade de expressão e os bons costumes desejados constitucionalmente e socialmente.

⁴⁷ Art. 187, CC: “também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes”.

⁴⁸ “De início, a teoria do abuso de direito mantinha a necessidade de prova da culpa ou dolo do titular do direito: o *animus nocendi* (teoria subjetiva do abuso de direito). Os *atos emulativos* (atos *ad emulationem*) são próprios dos titulares de direitos que procuram exercê-los com o propósito de prejudicar o interesse jurídico alheio. Com o objetivo de viabilizar a reparação dos danos sofridos em acidentes de transporte e de trabalho, Raymond Saleilles e Louis Josserand desenvolvem a *teoria objetiva* do abuso de direito, caracterizando-se o ato ilícito pelo *uso abusivo*, ou seja, *exercício irregular do direito*, sem a discussão da culpa ou dolo do agente. O *uso irregular* poderia, pela teoria objetiva, ser detectado independentemente da intenção de lesar” (LISBOA, Roberto Senise. *Manual de direito civil: obrigações e responsabilidade civil*. V. 2, 7. ed., rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2013, p. 270-271).

⁴⁹ CAVALIERI FILHO, Sergio. *Programa de responsabilidade civil*. 12. ed., rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2015, p. 241.

⁵⁰ RODOVALHO, Thiago. *Abuso de direito e direitos subjetivos*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011, p. 121.

⁵¹ FARIAS, Cristiano Chaves de; BRAGA NETTO, Felipe Peixoto; ROSENVALD, Nelson. *Novo Tratado de Responsabilidade Civil*. São Paulo: Atlas, 2015, p. 131.

Note-se, a boa-fé aparece como pressuposto da adequada convivência social. A prática da boa-fé é juridicamente exigida em todas as interações entre as pessoas. É, atualmente, uma condição-sem-a-qual (*conditio sine qua non*) não há que se falar em exercício regular de direito⁵². Condutas como a falta de transparência, a deturpação da verdade, a quebra da confiança, a deslealdade, a ardisidade, sobretudo quando visam enganar ou lesar, são considerados atos de má-fé. Com efeito, a boa-fé não é um ato de boa vontade, mas um padrão de conduta. Aí é que se fala em “boa-fé objetiva”, ou seja, não perquirindo os aspectos psicológicos do agente, mas, tão somente, se sua conduta (em seus aspectos factuais) foi leal, confiável, transparente, honesta. Assim, costuma-se dizer que atendeu a boa-fé aquele que se portou de modo irrepreensível, sendo honesto, leal, confiável e ético (dentre outros adjetivos positivos).

Martins-Costa⁵³ entende que a boa-fé é a que melhor sistematiza a concretização do art. 187 enquanto barreira ao exercício jurídico desleal das liberdades na vida em sociedade. Nessa função de baliza, explica a autora, a boa-fé coliga-se à confiança, a fim de impedir condutas que defraudem a expectativa de confiança. A boa-fé é, assim, a métrica do abuso de direito, conferindo a possibilidade de integração das liberdades coexistentes. Não por outro motivo, Farias e Rosenthal⁵⁴ lecionam que a boa-fé configura o núcleo violado nas questões de abuso de direito.

Portanto, a criação e a disseminação de desinformação por parte de *trolls*, *fakers*, *haters* e *bullies* é claramente uma prática desleal, pois deturpa a realidade, induzindo o intérprete a confiar em uma informação que não condiz, total ou parcialmente, com a verdade. Nos casos mais graves, a informação chega a ser uma mentira deslavada, porém, belamente embalada pelos atributos da pós-verdade, a fim de parecer legítima aos olhos do intérprete. Ademais, não raro a desinformação é pouco ou nada transparente, omitindo propositalmente as fontes das suas afirmações. A prática maliciosa de criar e/ou disseminar desinformação é evidentemente avessa aos preceitos de honestidade e lealdade tutelados pela boa-fé objetiva. Sem dúvidas, não é o tipo de comportamento que se espera ou se chancela juridicamente. São exemplos disso afirmar que “utilizar álcool em gel nas mãos para prevenir coronavírus altera bafômetro nas blitz” ou que o “Tribunal chinês irá matar 20 mil pacientes com coronavírus”.

A função social diz respeito ao fato de que todos os institutos jurídicos possuem uma destinação social, ou seja, uma finalidade que lhes dá sentido na vida em sociedade, ao lado de outras funções⁵⁵. Uma vez que os direitos não são absolutos (não podem ser fruídos

⁵² USTÁRROZ, Daniel. *Temas atuais de direito contratual*. Sapucaia do Sul: Notadez, 2010, p. 27.

⁵³ MARTINS-COSTA, Judith. Os avatares do abuso de direito e o rumo indicado pela boa-fé. In: TEPEDINO, Gustavo (Org.) *Direito civil contemporâneo: novos problemas à luz da legalidade constitucional*. São Paulo: Atlas, 2008, p. 83-91.

⁵⁴ FARIAS, Cristiano Chaves; ROSENTHAL, Nelson. *Curso de direito civil: parte geral e LINDB*. 15. ed. Salvador: JusPodivm, 2017, p. 709.

⁵⁵ “Em linha de princípio, um mesmo direito subjetivo pode ter fim econômico e fim social específicos que, todavia, devem coincidir ou ao menos não se contradizer em vista da coerência lógico-sistemática do ordenamento jurídico. Assim, por exemplo, os direitos de crédito têm o fim econômico de assegurar o cumprimento e a satisfação do crédito pelo devedor, e aí reside igualmente seu fim social, em vista da

ilimitadamente como se cada pessoa fosse seu próprio soberano), seu exercício deve compatibilizar-se com os preceitos éticos e morais de convivência social. A função social representa um interesse que é relevante para a sociedade, mas não, necessariamente, que atende as paixões ou desejos da coletividade.

Desse modo, pode-se dizer que a função social das liberdades comunicativas possui duas faces inter-relacionais: uma face individual e outra social. A face individual prestigia a identidade pessoal e a autonomia, tanto para fins de manifestação, quanto para fins de livre e condigno desenvolvimento pessoal e crítico, de sujeito que é e está no mundo. A face social, por sua vez, prestigia o princípio democrático possibilitando a multiplicidade, a pluralidade e a diversidade de manifestações e de pensamentos, assim como o maior acesso possível às informações de interesse público e ao conhecimento produzido, sem, contudo, chancelarem-se manifestações opressoras ou que gerem risco ou danos a direito alheio⁵⁶. Daí porque aquilo que vai além desse desiderato constitucional pode ser limitado em forma e/ou em conteúdo, nunca por meio da censura, mas, sim, valendo-se da responsabilização.

A lógica constitucional brasileira acerca da liberdade de manifestação tolera em certos casos até mesmo a mentira, desde que ela não seja prejudicial ou exponha terceiro a perigo. A desinformação, por tal via, em determinadas situações poderia ser tolerada. Entretanto, na medida em que expusesse terceiros a perigo ou poluísse prejudicialmente o mercado de ideias ou a arena política, a desinformação passaria a ser considerada um ato ilícito, por abuso de direito, ao violar a função social da liberdade de expressão. Note-se, por exemplo, em relação ao Covid-19, que uma coisa mais amena é dizer que “café previne coronavírus”. Outra, mais perigosa, é afirmar que a “vacina da gripe aumenta risco de adoecer por coronavírus”. Uma irá aumentar o consumo de café, enquanto a outra pode afetar toda uma questão sanitária de vacinação coletiva, expondo um sem número de pessoas aos riscos da sua ausência.

Por fim, os bons costumes, desde a Constituição Federal de 1988 e da repersonalização do direito civil, podem ser entendidos como a matriz de moralidade, cambiável no tempo e no espaço, que coordena a eticidade coexistencial em sociedade⁵⁷, ou seja, os padrões de comportamento desejados constitucionalmente em torno da moral para uma coexistência social fundada em respeito recíproco, na pluralidade e na razoabilidade⁵⁸. Essa leitura desfilia-se por completo daquela perspectiva que por muito tempo orbitou o direito penal, gerando-se a conotação de que “maus costumes” era algo muito próximo de condutas criminosas ou afeta a “moralidade sexual”. Hoje, no civil, “bons costumes” é aquilo que se deseja de cada um para uma sociedade democrática.

proteção da utilidade, previsibilidade e segurança das relações econômicas” (MIRAGEM, Bruno. *Direito Civil: responsabilidade civil*. São Paulo: Saraiva, 2015, p. 133).

⁵⁶ MELLO, Marco Aurélio Mendes de Faria. Liberdade de expressão. In: ROCHA, Fernando Luiz Ximenes; MORAES, Filomeno (Orgs.). *Direito Constitucional Contemporâneo: homenagem ao professor Paulo Bonavides*. Belo Horizonte: Del Rey, 2005, p. 600-601.

⁵⁷ CASTRO, Thamís Ávila Dalsenter Viveiros de. *Bons Costumes no Direito Civil Brasileiro*. São Paulo: Almedina, 2017.

⁵⁸ FARIAS, Cristiano Chaves de; BRAGA NETTO, Felipe Peixoto; ROSENVALD, Nelson. *Novo Tratado de Responsabilidade Civil*. Atlas. São Paulo, 2015, p. 213.

Por tal via, então, a prática de desinformação a partir de *trolls*, *fakers*, *haters* e *bullies* por basear-se na mentira, na deslealdade ou por ser opressora, desrespeitosa ou expor a pessoa ou a coletividade a perigos, desvia-se largamente dos preceitos constitucionais desejados em termos de bons costumes. Preza-se, hoje, por uma sociedade que prestigie o respeito, a lealdade e a razoabilidade. Novamente, uma coisa é dizer que “vitamina C cura coronavírus”, enquanto outra é espalhar que se deve utilizar o “óleo consagrado para curar coronavírus” ou o “feijão da Igreja Mundial para coronavírus”. Estas duas últimas tendem a desrespeitar as crenças e a fé das pessoas, estimulando esse ou outros comportamentos mais desesperados ao mesmo tempo que etiqueta certos cultos como golpistas.

O último ponto a ser tratado no exame do abuso de direito diz respeito à expressão “manifestamente” que consta no art. 187. Ela trata do contexto em que, apenas será considerado como abuso de direito, o excesso manifesto, ou seja, que se apresentar intolerável ou ostensivo perante o Direito de modo claro e notório objetivamente. Assim, o abuso de direito somente se perfectibiliza quando objetivamente se percebe a conduta como manifestamente excessiva aos limites da função social ou econômica, da boa-fé ou dos bons costumes⁵⁹. Logo, essa notoriedade impede que o intérprete, por uma leitura muito própria – subjetivamente –, reconheça o abuso de direito – não obstante seu reconhecimento ocorra caso a caso⁶⁰.

De qualquer sorte, como cautela jurisdicional, entende-se que os julgadores, ao reconhecerem o abuso de direito, devem apontar expressamente o “porquê” e “em qual momento” do exercício do direito a parte manifestamente excedeu-se. Com esse ponto sendo tratado especificamente na decisão, tem-se maior segurança jurídica e menor margem para o aparecimento da discricionariedade judicial⁶¹. Isso é especialmente relevante em tempos de pandemia, onde o fluxo informacional é contínuo e os dados rapidamente mutáveis: é importante não confundir informações verdadeiras que foram posteriormente refutadas ou transformadas com informações originalmente falsas ou desleais. A hidroxicloroquina e todos os estudos em torno dela é um bom exemplo, tendo em conta que a verdade “não existem estudos conclusivos sobre sua eficiência diante do coronavírus” foi usada inadvertidamente para justificar posições políticas de tom totalmente opostos e, partir desta polarização, a criação e disseminação de desinformação. A primeira parte é algo saudável para o livre debate público, já a segunda apenas gera desordem, medo e/ou poluição informacional.

⁵⁹ A expressão “manifestamente” não é imune de críticas, já que o termo gera dubiedade: deve-se analisá-lo em grau (excede exageradamente os limites) ou em quantidade (excede de modo a ser notado pelo julgador)? Soma-se a tal crítica o argumento segundo o qual o abuso de direito configura-se no momento da conduta, de modo que o manifesto excesso seria apenas a medida do abuso a ser absorvida pelo intérprete (CARPENA, Heloisa. O abuso de direito no Código Civil de 2002 (art. 187). Relativização dos direitos na ótica civil-constitucional. In: TEPEDINO, Gustavo (Coord.). *A parte geral do novo Código Civil: estudos na perspectiva civil-constitucional*. 3. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2007, p. 416).

⁶⁰ RODOVALHO, Thiago. *Abuso de direito e direitos subjetivos*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011, p. 198.

⁶¹ CAVALIERI FILHO, Sergio. *Programa de responsabilidade civil*. 12. ed., rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2015, p. 244.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Propôs-se a investigar se a conduta de criar e espalhar desinformação sobre o Coronavírus e a Covid-19 por parte dos *trolls*, *fakers*, *haters* e *bullies* pode configurar e por quais razões abuso de direito (art. 187, do Código Civil). Para tanto, inicialmente discorreu-se sobre o cenário de desordem e poluição informacional gerado por desinformação, má-informação e informações equivocadas. Notou-se que elas são espécies diversas, com características próprias que podem ou não gerar perigo ou lesar direito alheio. No grupo da desinformação, residem as famosas *fake news*, *panic hoaxes*, teorias da conspiração e as diversas formas de manipulação da verdade. As desinformações têm grande potencial de disseminação, por serem estruturadas nos elementos da pós-verdade, gerando polarização e ressonância.

O trânsito da desinformação pode ser aumentado e acelerado por agentes propagadores. Para além dos grandes líderes políticos de índole questionável e das empresas financiadoras e alimentadoras, aparecem os pequenos agentes propagadores. Neste grupo, estão as pessoas que de boa-fé compartilham a desinformação – seu amigo, vizinho ou familiar – e também aqueles que, com malícia ou má-fé, de modo habitual, aproveitam-se da situação para gerar ainda mais desordem e desinformação: *trolls*, *faker*, *hater* e *bullies*. Diante da desinformação, todos agem de modo malicioso ou de má-fé e de modo habitual: o *troll* é ligado a desordem; o *faker* à fraude; o *hater* ao criticismo leviano e tóxico; e os *bullies* ao assédio.

Depois de apresentadas 13 das 85 desinformações reconhecidas pelo Ministério da Saúde brasileiro sobre o Coronavírus e a Covid-19, debruçou-se sobre os elementos estruturais do abuso de direito verificando que, em certos casos, a desinformação pode violar a boa-fé, a função social da liberdade de expressão e os bons costumes. Ademais, algumas ocorrências são mais do que manifestamente abusivas, atendendo com margem a exigência de excesso manifesto, do abuso de direito.

Apesar do ato ilícito funcional (o abuso de direito) independer de danos, não é difícil imaginar os danos, sobretudo de ordem moral coletiva e/ou social, que estas desinformações mais desleais e incisivas podem causar. Assim, a hipótese inicial foi validada, de modo que a criação ou compartilhamento de desinformação por parte de *trolls*, *fakers*, *haters* e *bullies* tem pleno potencial para configurar abuso no exercício do direito à liberdade de comunicação por violar a boa-fé, a função social e os bons costumes.

Não é demasiado recordar que, hoje, é bastante comum acusar a mídia, as redes sociais e as corporações de terem corrompido a verdade e criado este ambiente de ódio gratuito e poluição informacional. Delas se exige responsabilidade sem, contudo, aplicar este mesmo nível de cobrança para as pessoas comuns: para si e para cada um individualmente, nas relações diárias e comuns do cotidiano. Afinal, estes espaços nada mais são que um aglomerado de pessoas e de grupos, alguns aleatórios e outros organizados e devidamente liderados. O oceano de ódio gratuito e poluição informacional que a internet se tornou é formado, como se sabe, da união de pequenas gotas pingadas por cada um diariamente. Melhor fosse verdade a conclusão dada por @bojackin (2019), no Twitter: “*You can’t convince me that Brazil*

is a real country and not a series of experiments on human subjects designated to test how to human mind reacts to being constantly exposed to absurdities. Like there's no way to shit just naturally happens... scientists are pressing buttons somewhere and they are like 'I wonder what happens if we do this'... that's is the only logical explanation". Infelizmente a conclusão é só uma jocosa teoria conspiratória, *fake e troll*.

REFERÊNCIAS

AVAAZ. *O Brasil está sofrendo uma infodemia de Covid-19*. Disponível em: secure.avaaz.org/campaign/po/brasil_infodemia_coronavirus. Acesso em: 01 jul. 2020.

BAUMAN, Zygmunt. *Medo líquido*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Novo coronavírus fake news*. Disponível em: <https://www.saude.gov.br/component/tags/tag/novo-coronavirus-fake-news>. Acesso em: 11 jun. 2020.

CARPENA, Heloisa. O abuso de direito no Código Civil de 2002 (art. 187). Relativização dos direitos na ótica civil-constitucional. In: TEPEDINO, Gustavo (Coord.). *A parte geral do novo Código Civil: estudos na perspectiva civil-constitucional*. 3. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.

CASTRO, Thamís Ávila Dalsenter Viveiros de. *Bons Costumes no Direito Civil Brasileiro*. São Paulo: Almedina, 2017.

CAVALIERI FILHO, Sergio. *Programa de responsabilidade civil*. 12. ed., rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2015.

CERT.br. Centro de Estudos, Resposta e Tratamento de Incidentes de Segurança no Brasil. *Estatísticas dos Incidentes Reportados ao CERT.br*. Disponível em: www.cert.br/stats/incidentes/. Acesso em: 01 jul. 2020.

CHAN, Man-pui Sally; JONES, Christopher R. Jones. JAMIESON, Kathleen Hall; ALBARRACÍN, Dolores. Debunking: A meta-analysis of the psychological efficacy of messages countering misinformation. *Psychological Science*, v. 28, n. 11, p. 1531-1546, 2017.

DAVIS, Evan. *Post-truth: Why we have reached peak bullshit and what we can do about it*. Londres: Little, Brown Book Group, 2017.

ECO, Umberto. *Discurso* [ao receber a láurea de honoris causa em comunicação e cultura das mídias, da Universidade de Turim, na Itália]. 2015. Disponível em: <http://www.lastampa.it/2015/06/10/cultura/eco-con-i-parola-a-legioni-di-imbecilli-XJrvezBN4XOoyo0h98EfjJ/pagina.html>. Acesso em: 01 out. 2015.

FARIAS, Cristiano Chaves de; BRAGA, NETTO, Felipe Peixoto; ROSENVALD, Nelson. *Novo Tratado de Responsabilidade Civil*. São Paulo: Atlas, 2015.

FARIAS, Cristiano Chaves; ROSENVALD, Nelson. *Curso de direito civil: parte geral e LINDB*. 15. ed. Salvador: JusPodivm, 2017.

G1. *Brasileira é alvo de bullying por conta de coronavírus: 'me senti humilhada'*. Disponível em: <https://g1.globo.com>. Acesso em: 01 jul. 2020.

GORMAN, Ginger. *Troll hunting: inside the world of online hate and its human fallout*. Londres: Hardie Grant Books, 2019. *E-book*.

- GUEST, Tim. *Second lives: a journey through virtual worlds*. Nova York: Random House, 2007.
- KEYES, Ralph. *The post-truth era: Dishonesty and deception in contemporary life*. Londres: Palgrave Macmillan, 2004.
- KOOPMANS, Ruud. Movements and media: Selection processes and evolutionary dynamics in the public sphere. *Theory and Society*, v. 33, n. 3-4, p. 367-391, 2004.
- LEMOS, André. *Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea*. Porto Alegre: Sulina, 2013.
- L1GHT. *Rising Levels of Hate Speech & Online Toxicity During This Time of Crisis*. Disponível em: https://l1ght.com/Toxicity_during_coronavirus_Report-L1ght.pdf. Acesso em: 01 jul. 2020.
- LISBOA, Roberto Senise. *Manual de direito civil: obrigações e responsabilidade civil*. V. 2, 7. ed., rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2013.
- LOHMANN, Raychelle Cassada; TAYLOR, Julia V. *The Bullying Workbook for Teens: Activities to Help You Deal with Social Aggression and Cyberbullying*. Oakland: New Harbinger Publications, 2013.
- MACDONALD, Hector. *Truth: How the many sides to every story shape our reality*. Nova York: Random House, 2018.
- MAGALHÃES, Davi. *Quem tem medo do globalismo?* Disponível em: www.cartamaior.com.br. Acesso em: 01 jun. 2020.
- MARTINS-COSTA, Judith. Os avatares do abuso de direito e o rumo indicado pela boa-fé. In: TEPEDINO, Gustavo (Org.) *Direito civil contemporâneo: novos problemas à luz da legalidade constitucional*. São Paulo: Atlas, 2008.
- MEARSHEIMER, John. *Por que os líderes mentem: toda a verdade sobre as mentiras na política internacional*. Tradução de Alexandre Werneck. Rio de Janeiro: Zahar, 2012. *E-book*.
- MELLO, Marco Aurélio Mendes de Faria. Liberdade de expressão. In: ROCHA, Fernando Luiz Ximenes; MORAES, Filomeno (Orgs.). *Direito Constitucional Contemporâneo: homenagem ao professor Paulo Bonavides*. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.
- METEORO BRASIL. *Tudo o que você precisou desaprender para virar um idiota*. São Paulo: Planeta, 2019.
- MIRAGEM, Bruno. *Direito Civil: responsabilidade civil*. São Paulo: Saraiva, 2015.
- MPMG. Ministério Público de Minas Gerais. *Coeciber alerta para cuidado com fake news e com sites sobre coronavírus que capturam informações pessoais dos internautas*. Disponível em: www.mpmg.mp.br/comunicacao/noticias/coeciber-alerta-para-cuidado-com-fake-news-e-com-sites-sobre-coronavirus-que-roubam-informacoes-pessoais-dos-internautas.htm. Acesso em 01 jul. 2020.
- OLWEUS, Dan. Understanding and researching bullying: Some critical issues. In: *Handbook of bullying in schools*. Londres: Routledge, 2009.
- PARISER, Eli. *The filter bubble: What the Internet is hiding from you*. Londres: Penguin, 2011.
- PHILLIPS, Whitney. *This is why we can't have nice things: mapping the relationship between online trolling and mainstream culture*. Massachusetts: The MIT Press, 2015. *E-book*.
- POLAND, Bailey. *Haters: harassment, abuse, and violence online*. Lincoln: Potomac Books, 2016.

POSTMES, Tom. Interview. In: ADAMS, Tim. How the internet created an age of rage. *The Guardian*, 2011. Disponível em: <https://www.theguardian.com/technology/2011/jul/24/internet-anonymity-trolling-tim-adams>. Acesso em: 20 nov. 2019.

POST-TRUTH. In: *Oxford Dictionaries*. 2017. Disponível em: <https://en.oxforddictionaries.com>. Acesso em: 06 jun. 2020.

QUINN, Zoe. *Crash override: how Gamergate (nearly) destroyed my life, and how we can win the fight against online hate*. New York: PublicAffairs, 2017. *E-book*.

RODOVALHO, Thiago. *Abuso de direito e direitos subjetivos*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

ROSANVALLON, Pierre. *La sociedad de los iguales*. Tradução de Maria Pons. Barcelona: RBA, 2012.

RÜDIGER, Francisco. *As teorias da cibercultura: perspectivas, questões e autores*. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2013.

SAKAMOTO, Leonardo. *O que aprendi sendo xingado na internet*. São Paulo: Leya, 2016.

SCHULMAN, Nev. *In real life: love lies & identity in the digital age*. New York: Grand Central Publishing, 2014.

SHOEMAKER, Pamela J. *et al.* Individual and routine forces in gatekeeping. In: *Journalism & Mass Communication Quarterly*, v. 78, n. 2, p. 233-246, 2001.

STRASSEL, Kimberley. *Resistance (At All Costs): How Trump Haters Are Breaking America*. Grand Central Publishing, 2019. *E-book*.

SUNSTEIN, Cass R. *On rumors: How falsehoods spread, why we believe them, and what can be done*. Princeton: Princeton University Press, 2014.

UOL. *#EuNãoSouUmVírus: epidemia do covid-19 dispara racismo contra asiáticos*. Disponível em: tab.uol.com.br/noticias/. Acesso em: 01 jul. 2020.

USTÁRROZ, Daniel. *Temas atuais de direito contratual*. Sapucaia do Sul: Notadez, 2010.

WARDLE, Claire; DERA KHSHAN, Hossein. *Information disorder: Toward an interdisciplinary framework for research and policy making*. Strasbourg: Council of Europe report, v. 27, 2017.

WEIGEL, Moira. Political correctness: how the right invented a phantom enemy. *The Guardian*, v. 30, p. 41-48, 2016.

Recebido: 15.06.2020

Aprovado: 01.07.2020

Como citar: BOLESINA, Iuri; GERVASONI, Tássia Aparecida. “Seres nada-fantásticos e onde habitam”: a desinformação sobre o coronavírus e a COVID-19 propagada por *trolls*, *fakers*, *haters* e *bullies* e a configuração de abuso de direito. **Revista IBERC**, Belo Horizonte, v. 3, n. 2, p. 37-60, maio/ago. 2020.